

A SOBREVIVÊNCIA DOS ARQUIVOS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA: "MITO" E RAMIFICAÇÃO

DATA: 22 de maio de 2014 - 10h

Local: Prédio da Expansão do Campus da Fiocruz – 4º andar – sala 405

Resumo: Em 2004, quando os chefes militares brasileiros foram indagados sobre o paradeiro dos documentos arquivísticos relativos à Guerrilha, negaram, peremptoriamente, a existência daqueles documentos e alegaram que teriam sido destruídos, em sua totalidade. O discurso dos militares foi endossado pelo Governo e justificado com base nos decretos anteriores à Lei 8.159, que teriam determinado a legalidade da destruição. Anos depois a essas afirmações, no entanto, diversas obras bibliográficas publicadas sobre essa temática surpreendentemente, apresentavam em suas páginas diversos documentos arquivísticos originais digitalizados, reveladores de detalhes inéditos sobre a Guerrilha como a missão das Forças Armadas e dos sistemas de informação de desmantelar esse movimento. Sob a égide dessa missão, os conjuntos dos documentos arquivísticos ou fundos das instituições do Estado comunicavam-se entre si, sem, no entanto, misturarem-se, estabelecendo elo que propomos como noção de ramificação. No presente artigo, além de apresentarmos a noção de ramificação, demonstramos que embora essa noção ainda não exista no rol da terminologia arquivística nacional e internacional, pode ser utilizada como instrumento teórico para comprovar a impossibilidade de destruição de todos os documentos arquivísticos relacionados a um evento histórico – no caso em exame, a Guerrilha do Araguaia. Para tanto, adotamos como quadro de análise, dentro da esfera arquivística, as expressões: dispersão de documentos, fundo complexo, dossiê, fontes relacionadas, múltipla proveniência e proveniência paralela, de forma a certificar que a noção de ramificação não caberia na definição de outros conceitos ou noções da área. Adicionalmente, os procedimentos metodológicos envolveram o mapeamento das instituições que participaram da eliminação do movimento, mediante a análise das obras de Gaspari (2002), Carvalho (2004), Morais e Silva (2005) e Studart (2006); bem como, visitas a 28 instituições no estado do Pará, realizadas entre janeiro e abril de 2010, visando o exame dos documentos arquivísticos constantes de seus respectivos fundos.

PALESTRANTE

SHIRLEY CARVALHÊDO (Universidade de Brasília – UnB)

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciência da Informação UnB (2003). Professora da Universidade de Brasília - UnB. Mestranda no programa Interaction Design and Information Architecture pela Universidade de Baltimore, Baltimore, MD (EUA). Estuda os arquivos tendo como perspectivas os contextos sociais, culturais e políticos, enquanto fatores influenciadores na idealização, criação, trajetória e formação de Políticas de Informação. Possui experiência em trabalhos relacionadas à Administração como Avaliação, Memória Institucional, Gestão de Conhecimento e Gerenciamento de Conflitos.



Casa de
Oswaldo Cruz



FIOCRUZ